



## NÓTULAS PREAMBULARES SOBRE A DEMOCRACIA EXPERIMENTALISTA DE MANGABEIRA UNGER

*Preambular Nulls on the Experimentalist Democracy of Mangabeira Unger*

Wellisson Marcos de Sousa Soares<sup>1</sup>

### RESUMO

Em nótulas preambulares, o presente artigo, cujo o problema central é uma análise sobre a concepção de democracia de Mangabeira Unger, será apresentada em três partes. Num primeiro momento, como uma tentativa de mostrar um mapeamento acerca da concepção teórico-prático no que diz respeito à *democracia radical* e propositiva, que posteriormente se entendera como experimentalismo democrático. No segundo momento, há, de forma pormenorizada, o bojo do pensamento ungeriano que se reflete e se estende em diversas áreas, como na filosofia política e direito. Porém, a direção e tentativa é tentar trazer um enfoque maior no que diz respeito ao *experimentalismo democrático* com ecos na sua “teoria social construtiva”, em seu estuário na filosofia política. É nesses soslaiois que o pensamento de Mangabeira Unger se debruça com a análise do processo através do qual ele tenta desdobrar a dimensão explicativa de suas obras. E, por último, visa de forma imanente, discutir a imaginação institucional e de proposições programáticas e criação de futuros alternativos, reimaginando os arranjos institucionais, nas quais estas por sua vez vestem uma camisa de força entendida como fetichismo institucional e estrutural, vítima do pensamento preconceituoso oitocentista e novecentista.

**Palavras-chave:** Unger. Democracia. Experimentalismo. Alternativas.

### ABSTRACT

In preambular notes, the present article, whose central problem is an analysis of the conception of democracy by Mangabeira Unger, will be presented in three parts. At first, as an attempt to show a mapping about the theoretical-practical conception with regard to radical and propositional democracy, which later was understood as democratic experimentalism. In the second moment, there is, in detail, the core of Ungerian thought that is reflected and extended in several areas, such as political philosophy and law. However, the direction and attempt is to try to bring a greater focus with regard to democratic experimentalism with echoes in its “constructive social theory”, in its estuary in political philosophy. It is in these sideways that the thought of Mangabeira Unger focuses on the analysis of the process through which he tries to unfold the explanatory dimension of his works. And, finally, it intends to immanently discuss institutional imagination and programmatic propositions and the creation of alternative futures, re-imagining institutional arrangements, in which these in turn wear a straitjacket understood as institutional and structural fetishism, a victim of thought prejudiced nineteenth and nineteenth century.

---

<sup>1</sup> Estudante da Universidade Federal do Piauí - UFPI, pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia – PPGFIL e, possui graduação em Filosofia também pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. [wellissonmarcos@hotmail.com](mailto:wellissonmarcos@hotmail.com)

**Keywords:** Unger. Democracy. Experimentalism. Alternatives.

A ideia central é perpassar por três momentos ou partes: a política, a teoria e a democracia. No qual, embora possam ser entendidas como inseparáveis se se compreender holisticamente. Mas também, pode ser entendido, para fins específicos da pesquisa, analisar de forma precisa e didaticamente separadas neste artigo. Mostrando que há ecos por exemplo, da política na teoria, da teoria na democracia e da democracia na política.

O problema central é uma análise sobre a concepção de democracia de Mangabeira Unger, será apresentada em três partes. Num primeiro momento, como uma tentativa de mostrar um mapeamento acerca da concepção teórico-prático no que diz respeito à *democracia radical* e propositiva, que posteriormente se entenderá como experimentalismo democrático.

No segundo momento, há, de forma pormenorizada, o bojo do pensamento ungeriano que se reflete e se estende em diversas áreas, como na filosofia política e direito. Porém, a direção e tentativa é tentar trazer um enfoque maior no que diz respeito ao *experimentalismo democrático* com ecos na sua “teoria social construtiva”, em seu estuário na filosofia política. É nesses soslaiois que o pensamento de Mangabeira Unger se debruça com a análise do processo através do qual ele tenta desdobrar a dimensão explicativa de suas obras.

E, por último, visa de forma imanente, discutir a imaginação institucional e de proposições programáticas e criação de futuros alternativos, reimaginando os arranjos institucionais, nas quais estas por sua vez vestem uma camisa de força entendida como fetichismo institucional e estrutural, vítima do pensamento preconceituoso oitocentista e novecentista.

## ECOS NA FILOSOFIA POLÍTICA

Numa visão normativa, pode-se dizer que as obras políticas de Unger (1978; 1999; 2001, 2004; 2008) são uma tentativa de criticar e de transformar a teoria social de um lado, e o pensamento de esquerda de outro; radicalizando as concepções que lhe parecem mais fecundas na tradição do pensamento moderno. Já numa perspectiva explicativa, trata-se da noção de que a sociedade é uma construção e não um fenômeno natural e determinado. E, do ponto de vista programático, a ideia é a de que o objetivo dos progressistas é a busca do engrandecimento das pessoas comuns e a intensificação da vida cotidiana.

Na esteira dessa discussão, como pano de fundo, já está contida a noção de democracia de Unger. As explicações que o autor oferece primeiro, para posteriormente elaborar um pensamento de *democracia radical*, é entender o conceito que inspira sua argumentação, esse conceito é o *experimentalismo democrático*. Este conceito é uma interpretação da causa democrática, o mais influente conjunto de ideias e compromissos em vigor no mundo de hoje. Em resumo, o experimentalismo democrático diz que, a ideia é encontrar a área de coincidência entre as condições do progresso prático e as exigências da emancipação do indivíduo.

Entre essas condições e exigências se destacam as estruturas institucionais da sociedade, que dão capacidade à humanidade para agir sobre o mundo. Como podemos “compreender um arranjo institucional e ideológico estabelecido de forma a reconhecer suas possibilidades transformadoras, conferindo-nos capacidade para criar o futuro e libertando-nos de superstição quanto ao presente?”<sup>2</sup>. Essa pergunta ganhou maior força, pois, vivemos numa época em que a ideia de alternativas sociais corre o risco de ser desacreditada como uma ilusão romântica da contemporaneidade.

Em uma de suas primeiras obras do filósofo, *Conhecimento e Política* (1978), traz um norte do que está por vir em seus escritos, diz ele: “Esse ensaio é um ato de esperança. Aponta em direção a uma espécie de pensamento e a um tipo de sociedade que ainda não existe e talvez nunca venha a existir”<sup>3</sup>. E aqui, se inicia de forma bem provocadora seu olhar para com o mundo, suas observações aos fenômenos, que é um conjunto articulado de explicitações metodológicas acerca de um objeto determinado. De início, o autor diz:

Até o momento atual poucas opiniões foram tão amplamente compartilhadas por pensadores das mais diversas origens quanto a convicção de que a pergunta mais decisiva a que pode responder o pensamento político é: O que podemos saber? Esta crença se faz acompanhar pela doutrina segundo a qual o modo de resolvermos os problemas da teoria do conhecimento depende, por sua vez, da maneira pela qual lidamos com aqueles que são propostos pelo pensamento político.<sup>4</sup>

É nesta obra, que posteriormente desagua em uma crítica ferrenha ao pensamento teórico da política liberal que norteia a discussão. Segundo Unger, o pensamento teórico da política liberal está repleto de antinomias entre normas e valores, e conseqüentemente é um problema da aplicação do direito a partir do momento que é adotada. Unger explica que é o caso das imposições tributárias, que nos modelos liberais de reserva legal decorrem de autorizações legislativas expressas por maiorias. Entretanto, a pergunta ungeriana diz, “por que todos os homens devem ter as mesmas razões para aceitarem a vontade da maioria?”<sup>5</sup>. Que inclusive é também uma crítica a alguns dos contratualistas.

Os problemas da ordem e da liberdade colidem entre si. Se pudéssemos saber a que critérios as leis teriam que seguir de modo a não favorecerem, arbitrariamente, o interesse de um homem, contra o do outro (liberdade), poderíamos também determinar como reprimir o antagonismo, na sociedade, no interesse da colaboração (ordem).<sup>6</sup>

Afloram-se valores, emergem enquanto representações sociais de desejos, determinantes do surgimento de regras, classificadas em *constitutivas*, ou seja, que definem formas de conduta

---

<sup>2</sup> (UNGER, 2004, p. 9-10).

<sup>3</sup> (UNGER, 1978, p. V).

<sup>4</sup> (UNGER, 1978, p. 4).

<sup>5</sup> (UNGER, 1978, p. 110).

<sup>6</sup> (UNGER, 1978, p.103).

sem distinguir a regra e o regulamentado, como as regras dos jogos e da lógica; *técnicas* ou *instrumentais*, nas quais significa as noções que guiam na escolha dos melhores meios para o alcance de determinados fins; e por último, as *prescritivas* que são os imperativos de comando que indicam permissões e proibições.

Posteriormente, o filósofo brasileiro traz uma oposição entre positivismo e direito natural, apontando, nesse sentido, ao cerne da constituição do moderno Estado, a partir da percepção de que os direitos precedem as normas. Estas regras, cumuladas de sanção e formuladas em procedimentos, mantêm o Estado, sob suposta aparência de proteção ao individualismo, aspirando ordem e liberdade, contextos vinculados ao direito, suscitando problema nuclear da legislação. Nesse sentido, o autor nos dá a compreensão de duas definições de liberdade: a liberdade positiva, que seria o poder de se buscar aos próprios objetivos sem interferência humana alheia. E a liberdade negativa, que seria a condição mediante a qual alguém não é obrigado a submeter-se ao desejo de ninguém. Unger (1978) ensina que o pensamento liberal é prenhe de antinomias, opondo natureza e ciência, razão e desejo, regras e valores, categorias universais e particulares<sup>7</sup>.

A limitação da liberdade pelo contrato social enseja uma crítica aos formuladores originários do pacto, como se encontra, por exemplo, em Locke e Rousseau, assim como uma referência ao neocontratualismo de Rawls. Araújo<sup>8</sup> (2019), compreende que a intenção de Rawls é mostrar uma certa organização da estrutura básica. Este, Rawls, apela para o conceito de um sistema ideal de processos para a elaboração de leis que possa ser aceito por todos os homens, por interesse próprio, e cuja operação, segundo seria possível demonstrar, poderia levar a certas conclusões específicas sobre a distribuição dos bens e do poder. O trabalho do moralista americano, ilustra este ponto de vista<sup>9</sup>.

Há uma grande preocupação de Unger (1978; 1999; 2001; 2005; 2007) com a política, por isso se debruçou sobre investigar e estudar mais a fundo sobre essas questões que talvez norteiam o debate político, a exemplo disso, a concepção de justiça. Sua visão vai na raiz, por isso entendida como radical, ou seja, quando Unger pensa no debate em torno da concretização da justiça, ele está pensando em perguntas que mexe com a estrutura da sociedade. Tais indagações torna possível entender melhor seu pensamento político: As sociedades contemporâneas podem ser transformadas estruturalmente? Qual o papel das ideias nesse processo de transformação?

O autor acredita que para construir deve-se criticar, mas a crítica só pode ser clara e efetiva quando antecipa o que deve ser construído. Para vencer este impasse é necessário penetrar nos métodos e conceitos do sistema clássico conferindo-lhes ainda, no curso da argumentação, os significados que lhes faltavam anteriormente. É deste modo que uma linguagem se transforma

---

<sup>7</sup> (UNGER, 1978, p.142).

<sup>8</sup> (ARAÚJO, p. 18-60).

<sup>9</sup> (UNGER, 1978, p. 106).

aos poucos em outra. Esta estratégia afeta o emprego de conceitos no argumento crítico e determina o método de análise<sup>10</sup>.

A maneira como se lida com o tratamento desses problemas sugere a recuperação do debate sobre as grandes alternativas institucionais na maneira de organizar a política, a economia e a sociedade. Porém, o problema é que os meios intelectuais com que se pensa hoje as novas alternativas estão bloqueadas pelas práticas de pensamento que caracterizam a filosofia política, com as ciências sociais, direito e economia. Por isso, Amato entende muito bem o pensamento ungeriano, quando fala:

A obra de Unger situa-se inicialmente no contexto de desenvolvimento de uma teoria do direito. Um dos líderes do movimento dos *Critical Legal Studies* (CLS), que se espalhou pelas universidades estadunidenses nos anos de 1970 e 80, Unger entretanto formulou caminhos teóricos próprios, divergentes em relação às correntes mais populares do movimento. Seu tema central é que as instituições são politicamente definidas e sua variedade está registrada nas doutrinas e regras jurídicas. Não são produto necessário de uma lógica da evolução funcional segundo tipos de sociedade. Há, pelo contrário, soluções institucionais que cumprem os mesmos requisitos de eficiência prática, mas divergem substancialmente em seu grau de corrigibilidade e autotranscendência e na distribuição de vantagens e oportunidades<sup>11</sup>.

Nota-se que o pensamento atual, ou seja, o pensamento contemporâneo está dominado por tendências e estilos de reflexão, que em geral são hostis no que se refere ao pensamento cujo o tema é o da transformação<sup>12</sup>. Muitas vezes estas tendências parecem conflitar, mas na verdade compartilham uma forte inspiração anti-transformadora.

O que barra a transformação são tendências que ainda está enraizado no pensamento contemporâneo. Uma dessas tendências, podemos compreender como a ideia de “racionalização”. Essa, por sua vez, sugere que as práticas e as instituições estabelecidas são necessárias e inevitáveis, transformando o pensamento numa espécie de apologia da realidade. Nenhuma área do estudo social hoje evidencia mais explicitamente essa tendência do que a economia, embora sua influência se estenda para campos do conhecimento como por exemplo as ciências sociais e políticas.

Uma segunda noção de tendência que permeia é a da “humanização”. Essa tendência carrega e adota um discurso resultante da cultura de desencanto com a política ruminada pelo liberalismo igualitarista, no qual diz que o máximo que se pode esperar da política é redistribuição marginal, dentro da ordem estabelecida, de direitos e recursos. Sendo assim, ficando com o papel que resta para o pensamento que é propor meios para atenuar os efeitos da falta de democratização das sociedades.

A resultante dessa proposta e ideia de “humanização” é, por exemplo, a ênfase nos debates a respeito de políticas públicas no foco em políticas sociais compensatórias que

---

<sup>10</sup> (UNGER, 1978, p. 14)

<sup>11</sup> (AMATO, 2017, p. 92).

<sup>12</sup> (UNGER, 2004, p.9)

supostamente redimiriam a desumanidade do mercado. É, portanto, uma tendência do pensamento que se desarma para a capacidade de reorganizar e refazer a sociedade e espera em troca desse desarmamento ganhar a capacidade de humanizar a situação existente, “nosso desejo de sermos aceitos uns pelos outros e de nos tornarmos, por meio dessa aceitação mais livres para nos reinventarmos”<sup>13</sup>.

Por último, a terceira tendência do pensamento contemporâneo, onde é possível entender melhor essa discussão, é no livro *The Self Awakened: Pragmatism Unbound* (2007), no qual se tem um capítulo específico a respeito da “autoconsciência: a humanidade imaginada”, podemos entender a terceira tendência, que seria a ideia do “subjetivismo”. Essa ideia, por sua vez, funda-se na perspectiva que prevalece nas humanidades e nas disciplinas da cultura comumente classificadas de pós-modernas: o mundo prático é abandonado às ciências duras da racionalização e ao esforço espiritualizante da humanização, levando a subjetividade a embarcar em aventuras escapistas sem vínculo com a organização da sociedade, da economia e do Estado. Nesta situação os projetos fortes restringem-se aos individuais, e não aos coletivos<sup>14</sup>.

Esses estilos de reflexão, exercem papéis fundamentais no plano do pensamento contemporâneo. No entanto, no que diz respeito a discussão sobre alternativas institucionais, esses estilos de reflexão e/ou tendências ficam apenas na inercia marcada pela herança das grandes narrativas teóricas dos últimos dois séculos. A ideia mais importante dessa tradição intelectual como, por exemplo, em Marx, é a de que as sociedades enfrentam alternativas estruturais.

As grandes ideias de teorias sociais dos séculos XIX e XX, trouxeram uma metodologia que consequentemente entrincheirou inspirações de transformação, ou seja, bastavam elas. Isso quer dizer, que há uma concepção de uma lista fechada de alternativas estruturais na história, como por exemplo, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo. Outra ideia anti-transformadora é a concepção de que cada um desses sistemas institucionais é indivisível e que, portanto, toda a prática política ou é a reforma trivial de um desses sistemas ou a substituição revolucionária de um por outro.

O desafio do pensamento progressista é, portanto, salvar a ideia de que a sociedade é uma construção política e que essa construção pode ser modificada em suas suposições institucionais e ideológicas. Essa dimensão institucional tem implicações teóricas e metodológicas. Isso inclui, por exemplo, discussões sobre ações estatais e o papel da lei.

A ênfase nas instituições é especialmente útil porque coloca problemas que nos obrigam a prestar atenção ao vínculo entre a compreensão da realidade existente e a noção de possível transformação. O distante e hipotético, que não deve ser confundido com os preconceitos da ordem estabelecida, mas o tangível e contíguo que nos permite prever nos próximos passos. A ideia de uma configuração institucional sistemática baseada em discussões em andamento é, portanto, estimulante e estimulante.

---

<sup>13</sup> (UNGER, 1998, p. 7).

<sup>14</sup> (UNGER, 2007, p.111-124).

## SOSLAIOS TEÓRICOS UNGERIANOS

A definição ungeriana mais profunda de democracia é o experimentalismo, organizado institucionalmente num processo coletivo de descobri-lo e construí-lo, em outras palavras, se quer dizer que o possível não é predeterminado, ou seja, o experimentalismo é ao mesmo tempo descoberta e aprendizagem. *Experimentalismo* é um pensamento programático ungeriano que está ligada ao tema transformação com o esforço máximo das transformações não depender de crises, conseqüentemente, torne o impulso transformador endógeno às estruturas da sociedade e da cultura.

“O programa de experimentalismo democrático tem motivos que transcendem a política”<sup>15</sup>. Se pensarmos nas correntes que dominaram o pensamento social, sobretudo o que hoje se convém chamar de esquerda, nos últimos séculos, haveria basicamente duas formas de prática política: a prática política reformista que atua dentro do sistema e a prática política revolucionária que substitui um sistema por outro.

A despeito dessas duas práticas, o filósofo brasileiro introduz uma nova que chama de política transformadora, que não é nem um reformismo passivo, nem a ideia de revolução baseada na substituição instantânea de um sistema por outro. O que é fragmentário e gradualista no método se pode tornar revolucionário no desfecho: o que importa é o rumo e a consequência, não a distância em que se vá a cada passo. “A reforma revolucionária - a substituição, parte por parte, de estruturas e ideias institucionais formadoras – é a forma paradigmática da política transformadora”<sup>16</sup>. No Livro *O Que a Esquerda Deve Propor* (2008), também se encontra exatamente essa ideia.

O avanço de alternativas como estas equivaleria a uma revolução mundial. Mas não conduziria a uma revolução mundial na forma que – graças aos preconceitos do pensamento oitocentista e novecentista – costumamos associar à ideia de revolução: mudança súbita, violenta e total. A transformação seria gradual, peça por peça e, geralmente, pacífica. Seria, todavia, revolucionária em vários sentidos. Derrubaria a ditadura da falta de alternativas, sob a qual vivemos hoje – e o faria rompendo os limites do restrito repertório de arranjos da organização prática da sociedade, que é nossa mais vívida experiência de um destino coletivo. Combinaria, como toda mudança revolucionária, uma transformação política e uma religiosa: mudança nas instituições sob as quais vivemos e nas ideias sobre a humanidade que estas instituições encarnam. O mais importante signo de nosso êxito seria ter diminuído a dependência entre mudança e crise<sup>17</sup>.

Unger tenta mostrar que entre as ciências sociais positivas e as teorias deterministas diluídas, há um enorme hiato para uma construção intelectual alternativa em todo o campo de estudo social e histórico. Para preencher esse hiato não precisa ser uma teoria específica, mas

---

<sup>15</sup> (UNGER, 2005, p. 131).

<sup>16</sup> (UNGER, 1999, p. 217).

<sup>17</sup> (UNGER, 2008, p. 169).

pode ser apresentado na forma de algumas premissas abstratas, mas que já se esboça como uma *prototeoria*, ou seja, uma agenda de possíveis projetos intelectuais. Como diz o autor:

Essa prototeoria (ou seja, não chega a ser exatamente uma teoria), por sua vez, representa apenas uma direção controvertida entre muitas direções que a visão básica da atividade humana mencionada anteriormente pode seguir quando aplicada à explicação e à crítica da experiência social. Ainda assim, a prototeoria liga, realmente, as propostas e explicações particulares deste livro a uma visão geral da atividade humana: a concepção de nossa relação com nossos contextos pode inspirar uma compreensão básica da sociedade e essa compreensão pode informar uma teoria social. O mais importante são os resultados finais detalhados<sup>18</sup>.

Diante disso, é possível notar a descrição de alguns elementos sobre um conjunto de alternativas que manteriam a ideia da estrutura e da continuidade estrutural, desvinculando-as das premissas deterministas. Como forma de esquema e resumidamente, é possível notar quatro pontos: primeiro, na dimensão da explicação da sociedade e da história, seria necessário afirmar a importância em cada circunstância histórica de um conjunto básico de instituições e de ideias associadas a estas instituições – os contextos ou estruturas formadoras das rotinas e dos conflitos. “O mundo sofre, hoje, sob a ditadura da falta de alternativas. Embora as ideias, por si mesmas, sejam impotentes para derrubar essa ditadura, não iremos derrubá-la sem ideias”<sup>19</sup>.

O segundo ponto, seria preciso afirmar que estas estruturas são divisíveis, como diz Teixeira (2009) e que mudam por um processo de renovação fragmentária e cumulativa, isto é, pela prática daquilo que ele chama de “reformismo radical e revolucionário”. Esse movimento promove a quebra do clássico antagonismo entre reforma e revolução, já que o experimentalismo institucional proposto pode ser radical, a ponto de transformar as estruturas fundamentais da sociedade. Por isso seu caráter revolucionário. Mas fazê-lo, operando com uma parte dessa estrutura de cada vez. Daí seu caráter reformista. E por isso mesmo não podem ser instâncias ou exemplos de tipos recorríveis de organização social.

Em todas as partes do mundo, as pessoas se queixam de que as políticas nacionais fracassam na apresentação de alternativas efetivas. Em especial, alternativas que dariam novo sentido, nova vida e nova força ao antigo progressista de uma perspectiva melhor para todos – uma possibilidade de assegurar as necessidades morais e materiais da vida<sup>20</sup>.

O desenvolvimento da ideia de reformismo radical e revolucionário ocorre em várias partes das obras de Unger. Todavia, é possível perceber uma exposição mais sistemática no livro *Democracia Realizada* (1999). Da mesma forma a explicação sobre o que ele chama de “o movimento browniano da vida social” compreendendo como o surgimento da oportunidade desestabilizadora a partir de métodos de estabilização, oferece a ocasião para influências que deem forma à mudança de contexto a longo prazo.

<sup>18</sup> (UNGER, 2005, p. 260).

<sup>19</sup> (UNGER, 2008, p. 9).

<sup>20</sup> (UNGER, 2008, p. 9).

Algumas concepções de interesse afirmadas em meio a esse movimento browniano da vida social são mais difíceis de satisfazer completamente do que outras dentro das mesmas estruturas institucionais e simbólicas. Portanto, algumas avançam mais que outras na redefinição dos acordos correntes como restrições a satisfação de interesses reconhecidos<sup>21</sup>.

O terceiro ponto, seria admitir que a ordem dessas estruturas contingentes no sentido específico de que, embora possa haver restrições funcionais, algumas estruturas, por exemplo, permitem maior eficiência do que outras. Essa "seleção funcional" opera como um elemento prático e ideológico, constituído por um amplo e frouxo conjunto de trajetórias e conflitos: não seleciona as opções de um menu de alternativas para organização social. Para Unger, as estruturas institucionais da sociedade contemporânea são o resultado de muitas sequências de conflitos sociais e ideológicos desconectados e imperativos funcionais intransponíveis e determinados que levam a uma sucessão de sistemas institucionais indivisíveis.

As pessoas falam de "democracia radical", ou de reinvenção da política progressista, mas normalmente não conseguem dar conteúdo detalhado a esses conceitos. Aqui, eu tento isso. Quero mostrar que podemos ter a esperança de algo melhor do que a humanização do inevitável e, particularmente, de algo melhor - melhor para os interesses materiais e morais perseguidos pelo experimentalismo democrático - do que a conciliação das tradições europeias de proteção social com a flexibilidade de mercado de estilo americano<sup>22</sup>.

E por fim, o quarto ponto, nota-se que dentro deste conjunto de práticas de explicação social, seria preciso admitir que as instituições tornem diferentes os conjuntos institucionais, não apenas no seu conteúdo específico, mas também no seu grau de abertura a revisão. Isto quer dizer que as diferenças entre as estruturas e aquilo que elas formam é algo que está também em jogo na história.

Este campo de alternativas, tem uma contrapartida na maneira de imaginar a mediação das transformações sociais. É necessário repensar a ideia do marxismo de que exista uma lógica objetiva dos interesses sociais, dos interesses de classe, expressa na ideia de que essa lógica dos interesses de classe se torne ainda mais transparente quanto mais intensa for à luta social. Para Unger, dentro desse campo alternativo de formas de pensamento, essa ideia deve ser revertida: quanto mais intensa a luta social e ideológica, mais claramente o conteúdo dos interesses sociais depende das estruturas ou premissas institucionais das quais depende. Existem, portanto, três grandes hipóteses no que se refere ao agenciamento, em que Teixeira esmiúça bem a ideia. Primeiro,

Apresenta-se como uma sugestão de correspondência em que o conjunto de ideias sobre o conteúdo de interesses de classes e interesses de grupo é sempre simplesmente o reverso de um conjunto de ideias sobre as alternativas institucionais. Se, por exemplo, é possível imaginar uma reconstrução das economias industriais que democratize as oportunidades de acesso à tecnologia

---

<sup>21</sup> (UNGER, 2001, p. 172).

<sup>22</sup> (UNGER, 1999, p. 26).

e ao crédito, os interesses dos trabalhadores, que hoje tem emprego nos setores intensivos de capital, não contradizem necessariamente os interesses dos trabalhadores que estão fora<sup>23</sup>.

A segunda hipótese sobre o assunto do agenciamento é uma tese de unidade de interpretação e defesa dos interesses de um grupo. Existem meios relativamente conservadores no sentido institucional e excludente. Essas formas assumem que um grupo continua a ocupar o nicho que agora ocupa na divisão do trabalho, definindo os grupos rivais como inimigos: os grupos próximos.

Por exemplo, os inimigos dos trabalhadores com empregos na indústria intensiva de capital seriam os trabalhadores desempregados ou temporários – aqueles chamados de exército de reserva por Marx. Mas, há também formas transformadoras e solidárias que imaginam uma maneira de compreender e defender o interesse do grupo pela transformação progressiva das premissas institucionais, no caso deste exemplo da organização da indústria<sup>24</sup>.

Para uma melhor compreensão sobre o agenciamento, é importante enfatizar que, para Unger, a tendência do pensamento social moderno devido à naturalização da sociedade através de seu viés naturalista é imaginar que existe um objetivo lógico de interesse do grupo. Entretanto, a verdade para ele é que a maneira pela qual a política descobre uma concepção dos interesses de uma classe ou grupo é exatamente o oposto da concepção de instituições ou alternativas institucionais, porque os interesses e até as identidades dos grupos e classes dependem das estruturas institucionais. Portanto, cada nível ou direção de mudança institucional ou estrutural também é um nível ou direção para entender os interesses e identidades dos grupos.

Uma estrutura institucional e simbólica produz e apoia um conjunto de papéis e classes. As pessoas que a habitam não se adaptam apenas a uma classe social, mas a uma ordem de classes, reafirmada diariamente nas rotinas de colaboração prática e ligação de paixão. Não se pode restabelecer essas classes e rotinas sem também ter de imaginá-las. As premissas resultantes ajudam a fechar um mundo social em si mesmo<sup>25</sup>.

Como há uma escalada de conflitos imaginativos ou práticos sobre estruturas e alternativas, o conceito dos interesses de cada classe, em vez de se tornar mais sólido do que se imagina nessas correntes predominantes do pensamento moderno, se torna menor. O mais óbvio é o relacionamento dialético entre estruturas e grupos ou a compreensão de seus interesses.

Por fim, a terceira ideia sobre o agenciamento, é defender uma assimetria entre alianças sociais e alianças políticas. Nessa perspectiva, alianças sociais ou alianças de classe pressupõem alianças políticas: elas não são objetos naturais porque são construídas pela política no contexto de projetos de transformação institucional. Alianças políticas, no entanto, não exigem alianças sociais. Pelo contrário, ela tem essas alianças sociais como missão ou objetivo. Se a combinação de alianças sociais e políticas não fosse assimétrica, o problema da mudança estrutural na história

<sup>23</sup> (TEIXEIRA, 2009, p. 93).

<sup>24</sup> (TEIXEIRA, 2009, p. 93).

<sup>25</sup> (UNGER, 2001, p.163).

seria insolúvel. As estruturas sociais são testadas em divisões sociais e expressas na lógica de alianças e opostos sociais. Assim, a lógica das alianças e antagonismos sociais seria reproduzida na lógica das alianças e antagonismos políticos. Assim, a política seria simplesmente o espelho da sociedade e não uma constelação contra as estruturas estabelecidas das coisas.

No livro *Necessidades Falsas* (2005), seu tema central é a esperança como forma de razão. Esperança, para o indivíduo, de tornar-se maior. “Esperança, para a sociedade, de reorganizar-se como casa desse indivíduo engrandecido. Esperança, para a razão, de não precisar aliar-se com o fatalismo”<sup>26</sup>. Mas tem como projeto desenvolver uma “teoria social construtiva”, e por isso, defende um *projeto democrático radical*. Mas sua definição desse projeto é muito mais ampla e abrangente, pois sua teoria social construtivista explicativa reconhece que nossa liberdade de resistir, reimaginar e reconstruir os mundos sociais que habitamos é, ela própria, uma variável acessível na história.

O filósofo brasileiro compreende a emergência de reimaginar as estruturas sociais das quais fazemos parte, pois por muito tempo se perdura o “fetichismo institucional e estrutural” no mundo. Desse modo, ao contrário dos fetichismos, a tarefa “É também uma tentativa de imaginar como poderíamos reformá-las para o fortalecimento de toda a humanidade”<sup>27</sup>. Por isso, cabe a nós no Brasil por exemplo aderir a uma imaginação institucional, pois, os ideais e os interesses estão sempre, em qualquer lugar, pregados na cruz das instituições e das práticas. “Num país como o nosso, as consequências dessa crucificação são mais palpáveis. O imperativo de ação transformadora é mais grave”<sup>28</sup>.

É por isso que é *contiduo sine qua non* se pensar em uma teoria social das quais Unger é expoente. Mas qual é a relevância de sua “teoria social construtiva”? A teoria social de Unger pode ser entendida como um esforço para levar ao extremo a ideia da “sociedade como artefato”. Ele ensina que a sociedade é feita e imaginada, que ela é um artefato e não a expressão de uma ordem natural fundamental, ou seja, não é compreendida como um fator histórico determinista.

Como programa de reconstrução social, a teoria das necessidades falsas demonstra como se pode implementar um projeto radical para libertação de nossos comportamentos, práticos e idealizados e das limitações impostas por hierarquias rígidas e por papéis sociais cristalizados. Argumenta-se que a melhor esperança para o avanço dessa causa radical – causa defendida tanto pela esquerda como por liberais – encontra-se numa série de reformas revolucionárias na organização de modelos governamentais e econômicos, assim como na natureza de nossas relações pessoais. As ideias explicativas e programáticas do livro interligam-se mutuamente; apoiam-se em e expressam diferentes aspectos de uma perspectiva que ambas comungam<sup>29</sup>.

Vale lembrar que a ideia da “sociedade como artefato” é caracterizada germinalmente ainda no iluminismo europeu. Todavia, as implicações dessa ideia foram elaboradas apenas pela

<sup>26</sup> (UNGER, 2005, p. 11).

<sup>27</sup> (UNGER, 2005, p. 13)

<sup>28</sup> (UNGER, 2005, p. 11).

<sup>29</sup> (UNGER, 2005, p. 13).

metade: o esforço de levar a ideia da “sociedade como artefato” ao limite foi bloqueada pela contra tendência moderna das ciências sociais de desenvolver uma “ciência da história”. E Unger vai mais a fundo nessa questão, diz também que “O nível de mobilização política não é um fato natural na vida de uma sociedade ou uma cultura; é, em grande parte, um artefato, sensível às mudanças nas regras e nos instrumentos da política”<sup>30</sup>.

O pensamento de Unger influenciou muitos intelectuais, que hoje são expoentes na filosofia contemporânea. A despeito disso, temos por exemplo uma constatação que suas ideias foi objeto de inspiradas observações de Richard Rorty a seu respeito:

É provável que sua audiência natural esteja no Terceiro Mundo – onde seu livro poderá tornar possível uma nova ideia de futuro nacional. Talvez algum dia permita aos cidadãos letrados de algum país a ver perspectiva onde antes só viam perigo – ver um futuro nacional até então impensado, ao invés de ver seu país condenado a desempenhar o papel que algum teórico estrangeiro escreveu para ele<sup>31</sup>.

Rorty afirma que a experimentação de formas alternativas de arranjos institucionais é congruente à aspiração de tipo democrática pela pluralidade e dinamicidade de tipos humanos, o que torna a democracia um espaço fértil para o exercício dessa filosofia socialmente engajada. Ele analisará e irá defender ser possível e importante explorar o artifício moldável de nossas convenções, quebrando-as com redefinições que apontem para futuros alternativos.

No campo do pragmatismo, Rorty alicerça sua ideia sustentada sob uma postura romântica em relação à política democrática. A caracterização desse romantismo rortiano pode ser entendido com a ideia de que, “a política sempre será uma questão de tentativa e erro – de experimentar novas instituições [...] e de ser guiada pelo sucesso ou fracasso dessas experiências”<sup>32</sup>. Desse modo, vai se tornando claro que o pressuposto chave aqui é a imaginação.

## EXPERIMENTALISMO DEMOCRÁTICO

O pensamento de Mangabeira Unger se debruça com a análise do processo através do qual ele tenta desdobrar a dimensão explicativa de sua obra numa outra dimensão, intimamente ligada, a da imaginação institucional e de proposições programáticas. O conceito que traz a clarividência sobre a intersecção do pensamento explicativo com a imaginação institucional e programática é o *experimentalismo democrático*, dirigido às esferas da política e da economia. “Devemos considerar o significado central do impulso experimentalista tanto como maneira de agir quanto como forma de entendimento”<sup>33</sup>. Por isso, se entende o esforço do pensamento ungeriano é de contribuir para preencher a lacuna histórica de esquerda com a questão

<sup>30</sup> (UNGER, 1999, p. 209).

<sup>31</sup> (RORTY, 1999, p. 248).

<sup>32</sup> (RORTY, 2005, p.26).

<sup>33</sup> (UNGER, 2018, p. 137).

institucional. “O que significa ser de esquerda, hoje? Uma ideia preexistente deve ser realizada numa nova circunstância, através de um novo projeto.

O novo projeto, por seu turno, requer a reinvenção da ideia preexistente<sup>34</sup>. Entretanto, há duas concepções de esquerda, e elas deveriam lutar nesse momento pela primazia. Dentre as duas concepções de esquerda, a primeira tem duas partes: somente uma dessas partes regularmente fica visível; a outra parte, fica nas sombras. A parte que se explicita é o compromisso com uma maior igualdade de recursos e de chances na vida, a ser alcançada, sobretudo, pela redistribuição compensatória, via tributação e transferência. Quando se pensa na função principal desta redistribuição, hoje, seu papel fulcral é atenuar os efeitos na segmentação hierárquica da economia sobre as desigualdades de renda, assim como a preocupação primária e com a desigualdade de renda e de padrões de vida social.

A parte deixada na sombra, nesta concepção dominante de esquerda, e o *background* institucional estabelecido de vida econômica e social. Experimentos de remodelação institucional são associados às calamitosas aventuras políticas do século XX. A questão é adoçar o que já não sabemos como repensar e refazer. De acordo com este ponto de vista, se há grandes mudanças institucionais a fazer, não sabemos quais são. Se sabemos, somos, contudo, impotentes para realizá-las, e fomos bem advertidos para temer os perigos de qualquer tentativa para introduzi-las<sup>35</sup>.

Muitas influentes filosofias políticas de hoje teorizam a combinação de igualitarismo redistributivo com ceticismo institucional ou conservadorismo. Ao fazer isso, conferem um halo filosófico à social-democracia. Os filósofos concordam, em sua maior parte, sobre o ponto final: a retificação do liberalismo clássico pela social-democracia redistributiva e institucionalmente conservadora. Eles discordam apenas acerca do ponto de partida: em que vocabulário este dogma pietista e desesperançado se expressa melhor – e sobre que suposições melhor se assenta.

No mundo inteiro, o foco do conflito ideológico está mudando. A antiga oposição entre estatismo e privatismo, mercado e dirigismo, está morrendo. Ela vem sendo substituída por uma rivalidade mais promissora entre formas institucionais alternativas de pluralismo econômico, social e político<sup>36</sup>.

Pode parecer estranho que um igualitarismo redistributivo - que, quando formulado abstratamente, aparenta radicalismo - possa coexistir com uma aceitação covarde dos arranjos estabelecidos. A aparente contradição, no entanto, revela o resultado real: os arranjos institucionais, intocados e incólumes, reduzem o igualitarismo teórico a seu tamanho. A medida de igualdade econômica, que de fato se pode alcançar, e a medida compatível com aqueles arranjos. Sabemos, por experiência histórica, que dotações sociais funcionam - mais para

---

<sup>34</sup> (UNGER, 2008, p. 155).

<sup>35</sup> (UNGER, 2008, p.156, grifo do autor).

<sup>36</sup> (UNGER, 1999, p. 9).

fortalecer do que para equalizar. Por mais que equalizem, seu efeito é ancilar a reformas que podem ampliar as oportunidades econômicas e educacionais.

O igualitarismo extremo e teórico desta concepção do trabalho da esquerda, com seu foco exclusivo na circunstância material, serve como um prêmio de consolação. Não podemos nos tornar maiores; então, deixem-nos ser mais iguais. A substituição inverte a relação que deveria existir entre o alargamento dos poderes humanos e o compromisso de diminuir desigualdades extremas e cristalizadas, tanto de circunstância quanto de oportunidades. Capacitar todos para alargar aqueles poderes é a nossa razão maior para superar as desigualdades. Sabemos que estamos fazendo um bem pequeno, em troca de um certo mal, se nossos esforços para moderar as desigualdades servem apenas para tornar mais fácil, para nós, suportar a diminuição de nossos poderes<sup>37</sup>.

Uma concepção alternativa do que significa ser de esquerda substitui ambos os elementos desse falso igualitarismo. Em lugar do ceticismo e do conservadorismo diante das instituições, coloca uma sucessão de mudanças institucionais e a prática da experimentação institucional. O ponto é rejeitar a escolha entre mudança institucional por atacado e humanização, através de redistribuição econômica e idealização legal, dos arranjos estabelecidos. O projeto que toma o lugar desta escolha inaceitável e a democratização do mercado, o aprofundamento da democracia e o fortalecimento do indivíduo. A prática que toma seu lugar enfraquece o contraste entre engajamento num mundo e ação para mudar este mundo, a fim de que melhor possamos desafiar e transformar, ao tempo em que nos engajamos.

A meta fundamental que este projeto e esta prática visam é nos fazer maiores - individual e coletivamente - e mais iguais, apenas na medida em que a desigualdade nos diminui e nos confina. O objetivo é menos humanizar a sociedade do que divinizar a humanidade: revelando-nos, fazendo-nos mais a semelhança divina.

Por isso, nota-se que a experiência de dupla frustração da esquerda nos últimos dois séculos – de um lado, a incapacidade de implantação de uma ordem pós-capitalista a partir das regras democráticas e sem recurso à violência e, de outro, as dificuldades para a manutenção da ordem socialista, mesmo quando fundada no autoritarismo político – representa, provavelmente, a circunstância intelectual e política mais desafiadora para qualquer teoria política que se pretenda progressista. “A *intelligentsia* pública do país zomba da política ideológica, dos projetos de reforma institucional em larga escala e da mobilização política popular, considerando-as românticas e impraticáveis”<sup>38</sup>.

Para Biasoli<sup>39</sup>, “o experimentalismo, baseado na noção central de imaginação institucional, propõe então um método para identificar o que é central e buscar superar os impasses”. Desse modo, o experimentalismo institucional deve ser entendido como uma resposta àquela dupla frustração. Para levar a cabo sua empreitada ele avança na direção da imaginação programática: a formulação de um conjunto sistemático de ideias e de processos que gerem uma

<sup>37</sup> (UNGER, 2008, p.157).

<sup>38</sup> (UNGER, 1999, p. 9. Grifo do autor).

<sup>39</sup> (BIASOLI, 2019, p. 413).

dinâmica com potencial para iniciar a ruptura das estruturas institucionais restritivas que organizam a economia e a política na forma como a conhecemos hoje.

Para entender o pensamento ungeriano, é importante lembrar que seu pensamento está tentando se conectar à explicação e à proposta, no qual conseqüentemente busca encontrar uma grande parte da agenda teórica do século XIX. Essa agenda politicamente integral e moralmente radical foi quase completamente abandonada na segunda metade do século passado e pode ser descrita como quase incompreensível no início deste século. A agenda restaurada de Unger foi baseada na imaginação e na construção de uma ordem social, sem excluir as separações de classe social previstas no projeto socialista, ou pelo menos criar um mundo social sustentável, desigualdades econômicas em torno de padrões mínimos de sociabilidade, como ilustra, por exemplo, os projetos liberais.

Para se energizar a política, devem ser adotados arranjos e modelos que mantenham a sociedade em um alto nível de engajamento cívico, favorecendo-se uma solução rápida para impasses que surjam entre ramos do governo, a par de repetidas práticas de reformas estruturais. Por conseqüência, um programa de transição deve incluir iniciativas desenhadas para levantar o nível de organização e de mobilização políticas<sup>40</sup>.

Em segundo lugar, deve-se enfatizar que Unger leva a sério e finalmente compartilha a tese de quase todos os grandes pensadores sociais de Montesquieu em diante, de que as instituições fundamentais do mundo moderno contém uma ambigüidade constitutiva. De fato, o próprio racionalismo ocidental é imanentemente ambíguo. Se citarmos um exemplo, podemos entender que o mercado pode criar riquezas com uma eficiência extraordinária, mas produzir, simultaneamente, desigualdades de vários tipos. Do mesmo modo que o Estado pode agir de diversas formas diferentes, dependendo da correlação de forças políticas que esteja no controle de seus poderes e recursos.

O experimentalismo é, entre outras coisas, uma prática coletiva de descoberta e de aprendizagem. No pensamento de Unger essa ideia é, primeiramente, ancorada na visão de que o possível não está pré-determinado e que há uma relação íntima entre o entendimento do real e a imaginação desse possível – o possível que conta é o possível adjacente e, portanto, a escolha das instituições será decisiva para permitir o processo coletivo de descobrir e construir o que é possível. “A política deve ser energizada, para que se radicalize o experimentalismo democrático e para que se diminua a dependência na crença de que mudanças só se implementam em tempos de crise”<sup>41</sup>.

Esse é o significado mais profundo da democracia. É esse sentido que ele define a democracia como a organização institucional do experimentalismo coletivo. Mas vale lembrar que existem contendores que freia essa ideia ungeriana. Esse contendor é o *fetichismo*

---

<sup>40</sup> (UNGER, 1999, p. 104).

<sup>41</sup> (UNGER, 1999, p. 104).

*institucional*. “Uma das razões pelas quais o enfraquecimento da imaginação institucional importa reside no fato de ele produzir superstições hostis ao avanço do projeto democrático”<sup>42</sup>.

O fetichismo institucional é um tipo de superstição que permeia a cultura contemporânea. Ele penetra cada uma das disciplinas mencionadas anteriormente, e informa a linguagem e os debates da política comum. A ideia de esclarecimento, ora antiquada, seria, hoje, mais bem aplicada a esforços para afastar o fetichismo institucional que vicia doutrinas ortodoxas em cada uma das disciplinas sociais. Afastá-lo seria o trabalho em tempo integral de uma geração de críticos sociais e cientistas sociais<sup>43</sup>.

Entretanto, essa ideia de experimentalismo está ligada a um tema que desempenha um papel importante no pensamento programático de Unger: a relação entre transformação e crise. Todas as instituições atuais, incluindo as formas institucionais predominantes de organização da economia de mercado, democracia política e sociedade civil, estão criando uma situação em que as mudanças continuam a depender da crise. Nas sociedades modernas, guerras e colapso econômico foram a principal causa de grandes mudanças.

Em uma perspectiva holística do pensamento programático de Unger pode ser definido com um esforço de afirmar teoricamente que os nossos maiores interesses – materiais, morais e espirituais – estão envolvidos na tarefa de construir uma sociedade e uma cultura que faça com que a mudança dependa menos da crise e, conseqüentemente, torne o impulso transformador interno ou endógeno às estruturas da sociedade e da cultura.

Para Unger, os grandes interesses da humanidade, expressos nas grandes doutrinas modernas da emancipação, visam construir um mundo que permita participar sem perder a capacidade de resistência e transcendência: Os interesses materiais da libertação de forças produtivas da sociedade. O interesse moral de enfraquecer ou enfraquecer hierarquias sociais, incluindo principalmente as hierarquias de classe, e o interesse espiritual em construir um mundo fora do qual a participação não esteja sujeita à tarefa.

É claro, pode ser que não exista nada a que a ideia de uma identidade humana fundamental possa se referir, a não ser a soma incompleta de nossas circunstâncias, crenças e desejos. Se a concepção da natureza humana merece ser levada a sério, ela depende, em parte, de sabermos se tal concepção pode ser desenvolvida para iluminar nossa experiência imediata e sobreviver às surpresas do discernimento científico, da invenção social, do desapontamento ou do êxito pessoais<sup>44</sup>.

O desafio é que isso exige a construção de um conjunto de instituições – econômicas, políticas e sociais – e práticas de discurso e de discussão, que pela banalização e pela universalização do experimentalismo, atenuem o vínculo entre transformação e crise. Mas o problema é que ainda não construímos essas instituições. As instituições políticas e econômicas básicas do mundo moderno foram projetadas para impedir mudanças.

---

<sup>42</sup> (UNGER, 2004, p. 16).

<sup>43</sup> (UNGER, 2004, p. 17).

<sup>44</sup> (UNGER, 1998, p. 11)

Um exemplo concreto são as teorias do presidencialismo americano teorizadas por James Madison. Eles combinam um princípio liberal que representa a fragmentação do poder com um princípio conservador que estabelece um mecanismo de correspondência entre a ambição transformadora de um projeto político e a gravidade dos obstáculos constitucionais que esse projeto deve superar para ser realizado. “Deveríamos formatar uma política de amplitude social como um foco de disputa e um objetivo de energização<sup>45</sup>.”

O que Unger propõe, por exemplo, em seu ideário constitutivo, é justamente manter o princípio liberal da fragmentação do poder, contudo descartando o princípio da desaceleração da política. Por isso, sugere soluções constitucionais concretas que permitiriam que algumas mudanças viessem à tona, trabalhando por exemplo, transformar o regime presidencialista por uma transição parlamentarista, dessa forma acelerando as transformações na política.

Essa ideia pode ser formulada de uma maneira mais abstrata e geral. Dois tipos de atividades podem ser imaginados: as atividades rotineiras que realizamos dentro da estrutura das instituições ideológicas e as premissas que aceitamos como dadas, e as atividades extraordinárias que desafiam e transformam partes dessa estrutura institucional ou doutrinária. “A função do impulso experimentalista é antecipar o efeito dessa mudança institucional, assim como a capacidade da virtude política para imaginar as instituições que prefiguram a reforma institucional pode economizar virtude<sup>46</sup>.”

Experimentalismo significa reduzir a distância entre esses dois tipos de atividades, para que surjam atividades extraordinárias que alterem o contexto à medida que as atividades rotineiras evoluem mais continuamente. Usando o vocabulário teológico do cristianismo que diz respeito a Unger, alguém diria que esse é o modo de estar no mundo sem ser do mundo. Nesse sentido, o experimentalismo não é e não é um programa, embora deva conter um programa. Experimentalismo informado é um movimento moralmente inspirado. O tema do experimentalismo é sem dúvida uma grande ponte entre o pensamento social e o pensamento filosófico do autor sobre a questão política.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Unger, no repertório de suas obras, mostrou sua preocupação com a urgência de se pensar uma política transformadora, uma abertura à imaginação, ou seja, reimaginar a política, tanto do ponto de vista social, como também pessoal. Unger (2004), diz em outras palavras, que hoje a causa do experimentalismo democrático em todo o mundo em um foco de atenção específico. A questão dominante perante o todo é como e em que direção renovar o repertório variado, porém análogo às estruturas institucionais que as democracias industriais avançadas vêm partilhando desde a última grande guerra.

---

<sup>45</sup> (UNGER, 2005, p. 122).

<sup>46</sup> (UNGER, 2018, p. 137).

Por isso, é importante compreender que a linguagem a ser desenvolvida e utilizada pela política transformadora sugere o que significa essa abertura. A persuasão política, quando a serviço do experimentalismo democrático, deve incluir um elemento visionário e um outro calculista. Unger explica que deve apresentar uma imagem de um mundo reordenado em que as pessoas adquirem identidades e interesses diferentes à medida que buscam a satisfação mais completa de seus interesses e uma vivência mais completa das identidades que hoje reconhecem como suas.

A organização institucional da política e da economia nas democracias industriais não garante suas próprias suposições: cidadãos livres e qualificados, que têm condições culturais e econômicas para trabalhar em um ambiente social, individual ou coletivo não exclui a iniciativa. Por conseguinte, a visão ungeriana nos mostra, portanto, que arranjos institucionais alternativos devem ser uma luta que anda de mãos dadas com os que existem. Ser capaz de cumprir a promessa democrática da justiça: na dimensão econômica, as instituições que desenvolvem consideravelmente as capacidades de trabalho e produção, a fim de redefinir o que entendemos por mercado, e na dimensão política as instituições com participação política, assim propiciando as gerações de mudanças reais.

Quanto maior o sucesso no aprofundamento da democracia, menor a lacuna entre o pensamento prático sobre problemas e o pensamento profético das alternativas. Uma república de cidadãos deve se tornar gradualmente uma nação de profetas, em busca do poder profético no gênio do homem e da mulher comum. Na sua vida, as pessoas deveriam ser capazes de mudar seus contextos, passo a passo, enquanto executam suas tarefas no dia a dia.

As explicações, que elucidaram os problemas na política, com um olhar ungeriano, diz que um dos problemas é que o pensamento contemporâneo, caracterizado pelo conservadorismo institucional, não traz uma discussão sistemática sobre este assunto. A despeito disso, podemos evidenciar, de um lado, o institucionalismo míope, que dogmaticamente afirma representar a racionalidade do mundo existente e de suas instituições e, de outro, uma filosofia política racionalista, desprovida de imaginação institucional, que ao se ocupar de questões como a justiça diz que o máximo que se pode esperar da política é a redistribuição marginal, dentro da ordem institucional estabelecida, de direitos e recursos.

É por essas razões que parte do pensamento de Unger vem sendo trabalhado nas questões de reorganizações institucionais. Fundamentalmente, a premissa da perspectiva *experimentalista* é que investir no social sem mudar as instituições não constrói cidadania. Desse modo, o ponto nevrálgico da ideia é reorganizar estruturalmente as sociedades através de mudanças institucionais na política e na economia, esse é o eixo da visão. Por isso, é somente no contexto de reabertura da agenda da reorganização institucional da estrutura da economia num sentido democratizante, assim como da democracia representativa rumo à combinação com formas de democracia direta, tornará possível a realização dos ideais de justiça da filosofia política e caminhar em direção ao sentido dominante da ideia de democracia hoje no mundo: o despertar das pessoas, ou seja, o florescimento dos cidadãos.

## REFERÊNCIAS

AMATO, Lucas Fucci. Justiça social e instituições: a visão de Unger comparada ao liberalismo igualitário e à teoria crítica. **Revista Estudos Políticos**: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF). Rio de Janeiro, Vol. 8 | N. 2, pp. 90-114, Dezembro 2017. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>.

ARAÚJO, Tiago Medeiros. **As raízes filosóficas da democracia**: o lugar de Unger na filosofia política contemporânea. TEIXEIRA, Carlos Sávio G. (org.). *Rebeldia Imaginada: instituições e alternativas no pensamento de Roberto Mangabeira Unger*. São Paulo: Autonomia literária, 2019.

BIASOLI, Felipe Iraldo de Oliveira. **Políticas públicas no século XXI**: contrastes entre a ciência política convencional e o experimentalismo institucional de Unger. TEIXEIRA, Carlos Sávio G. (org.). *Rebeldia Imaginada: instituições e alternativas no pensamento de Roberto Mangabeira Unger*. São Paulo: Autonomia literária, 2019.

RORTY, Richard. **Pragmatismo e Política**. Trad. Paulo Ghiraldelli Jr. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **Philosophy and Social Hope**. London: Penguin Books, 1999.

\_\_\_\_\_. Unger, Castoriadis e o romance de um future nacional. In: RORTY. **Ensaio sobre Heidegger e outros**. Tradução Marcos Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

TEIXEIRA, Carlos Sávio Gomes. **A Esquerda experimentalista**: análise da teoria política de Unger. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-07122009-144805/>>. Acesso em: 2016-03-22.

UNGER. **Necessidades falsas**. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. **O direito e o futuro da democracia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Conhecimento e política**. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

\_\_\_\_\_. **Democracia Realizada**. A Alternativa Progressista. São Paulo, Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_. **Política**: Os Textos Centrais. São Paulo, Boitempo, 2001.

\_\_\_\_\_. **The Self Awakened**: Pragmatism Unbound. Cambridge, Harvard University Press, 2007. 42

\_\_\_\_\_. A Constituição do Experimentalismo Democrático, **Revista de Direito Administrativo**, No. 257, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Que a Esquerda Deve Propor**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008

\_\_\_\_\_. **Economia do Conhecimento**. São Paulo, Autonomia Literária, 2018.

\_\_\_\_\_. **False necessity**: anti-necessitarian social theory in the service of radical democracy. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.